


DOSSIÊ GESTORES E GESTÃO PÚBLICA: IMPACTOS E REPERCUSSÕES NO ESTADO E NA SOCIEDADE

Floriano Godinho de Oliveira^A

 <https://orcid.org/0000-0002-9487-3341>

Correspondência: fgodinhodeoliveira@gmail.com

^A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil


Leonardo Mazzurana^B

 <https://orcid.org/0000-0003-3012-1463>

Correspondência: leonardo.mazzurana@ceperj.rj.gov.br

^B Diretor da Escola de Gestão e Políticas Públicas da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas


Vivian Cristina da Silva Zampa^C

 <https://orcid.org/0000-0002-6665-6489>

Correspondência: vivianzampa@hotmail.com

^C Professora Adjunta do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ) e do PPGH da Universidade Salgado de Oliveira (Universo).

Marcia Cristina Silva Flor^D

 <https://orcid.org/0000-0002-0352-7057>

Correspondência: marciaflor.2006@gmail.com

^D Doutoranda do PPGH da Universidade Salgado de Oliveira (Universo).

DOI: 10.12957/cdf.2022.72041

O presente Dossiê foi organizado em meio às atividades do Grupo de Estudos Políticas Públicas, Estado e Cidadania (GEPPEC) da Escola de Gestão e Políticas Públicas (EGPP) da Fundação CEPERJ, em diálogo com a *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* – editada pela referida Fundação em parceria com a UERJ –, com a finalidade de reunir artigos que discutem diferentes dimensões que perpassam os gestores e a gestão pública, de modo alinhado aos seus impactos e repercussões no Estado e na Sociedade. A partir desta abordagem, o Rio de Janeiro constitui-se como espaço privilegiado de análise, junto ao debate conceitual maior sobre a gestão pública estadual. Este tema possui significativa relevância à luz do presente, quando nos deparamos diariamente com debates na mídia e em distintos espaços, que envolvem os desdobramentos da grave crise financeira desencadeada no estado em 2016 e sua adesão

ao Regime de Recuperação Fiscal, concomitante a demandas institucionais e da população, que questionam o papel de gestores e da gestão pública.

Diante desta realidade e das inquietações por ela provocadas, consolidou-se a proposta de problematizar: as políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), considerando etapas como a formulação, a implementação, o monitoramento, e a avaliação; os papéis, estratégias, estruturas, processos e relações de poder manifestos no âmbito estadual, principalmente, nos períodos de crise e reformas; os serviços públicos, sua gestão, avaliação e controle, envolvendo tanto organizações públicas quanto organizações sociais, parcerias público-privadas, agências executivas e agências reguladoras; e estudos de caso pertinentes.

Mediante os artigos e resenha selecionados, escritos por servidores de carreira do ERJ e por estudiosos da área, intenta-se refletir e propor agendas que levem em consideração o conhecimento e o aperfeiçoamento da gestão pública, tendo em vista as suas atribuições, projetos, mecanismos de controle, projeções, transparência e responsabilidade.

Com base nessas perspectivas, insere-se o artigo que abre o Dossiê, de Márcia Cristina Silva Flor, “Curso de Administração de Segurança Pública: uma iniciativa em 1986 da PMERJ e FESP para uma política de segurança democrática no Rio de Janeiro”. Nele, a autora discute como o Curso de Administração de Segurança Pública (CAESP), através da parceria entre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e a Fundação Escola do Serviço Público (FESP), constituiu um projeto pedagógico inovador para a área da Segurança Pública em meados dos anos 1980, na medida em que oportunizou discussões sobre possibilidades de integração entre os discentes-gestores representantes de distintas instituições, e não apenas das Polícias, por meio de capacitação conceitual e gerencial.

Na sequência do Dossiê, o artigo “Rio de Janeiro: um estado em busca da institucionalidade da sua administração pública”, escrito por Vinícius Boechat Tinoco, analisa o desenvolvimento do ERJ, embasado pela trajetória de transformação da Administração Pública. Divido em cinco partes, o autor reconstitui aspectos históricos, políticos e administrativos da formação do atual estado fluminense, as instabilidades das decisões político-administrativas especialmente durante a Fusão, as descontinuidades do cenário político-econômico nacional entre os anos de 1980 e 1994, o processo de ajuste

estrutural da segunda metade da década de 1990, o período seguido, até meado dos anos 2000, caracterizado por baixos indicadores estaduais, e os governos posteriores, diante da atuação de diferentes instituições, atores e ideias no campo da Administração Pública.

O artigo de Leandro Galheigo Damaceno, “Crise e Gestão das Finanças Públicas Estaduais: a implementação do Novo Regime de Recuperação Fiscal no Estado do Rio de Janeiro” por sua vez, traz uma proposta de análise teórica das finanças públicas, para discutir as motivações que levaram o Estado do Rio de Janeiro a uma outra adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Para tanto, o autor avalia os resultados alcançados na primeira fase do RRF, explicando o não alcance das metas previstas e o reenquadramento ao Novo Regime de Recuperação Fiscal (NRRF) proposto pela União, em meio a mudança de paradigma posta pelo ERJ.

Ainda em torno do cenário de crise econômica do Estado do Rio de Janeiro e dos desafios da gestão pública para procurar minimizar as tensões ligadas ao ajuste fiscal, Marcos Thimoteo Dominguez apresenta, de modo contextualizado, uma apreciação conceitual em torno dos principais desafios que o planejamento territorial do ERJ oferece, destacando a necessidade da execução de intervenções e regulações no espaço urbano-regional, e que tais procedimentos, longe de serem fatores de bloqueio da ação pública, devem ser pensados como incentivo à criatividade e ao desenho de políticas territoriais justas e de alcance regional.

O artigo seguinte, de Marcela Pinheiro Fontes e de Guilherme de Oliveira Santos “Desenvolvimento baseado em evidências: proposta de metodologia para a construção de uma agenda estratégica para o estado do Rio de Janeiro” discute as questões estruturais que permearam instrumentos de planejamento no estado fluminense e o quanto a ausência de instrumentos desse campo levados a cabo ao longo prazo está articulada às origens da crise fiscal do ERJ. Partindo desta problemática, os autores propõem uma agenda estratégica – desenvolvida por uma equipe multidisciplinar, composta por servidores de carreira e por comissionados de áreas distintas de conhecimento–, embasada por uma metodologia consistente, adequada e combinada aos demais instrumentos institucionais de médio e curto prazos, para o apoio ao planejamento de longo prazo no Estado, em seu vínculo com as demandas contínuas e emergenciais da sociedade.

Em uma outra perspectiva também voltada à atuação dos servidores e à problematização da Gestão Pública, Fabrício Ferreira de Medeiros traz a resenha do livro “Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos”, organizado por Fernando Coelho, José Carneiro, Eder Brito e Arthur Cheib em 2020. O autor indica a importância do livro para a compreensão das Escolas de Governo no Brasil, tendo em vista o seu crescimento, diante das parcerias estabelecidas entre elas, com órgãos do terceiro setor, com o governo e com o meio universitário. Como apontado por Medeiros, a obra demonstra o papel de relevo das EGovs para a Administração Pública, no trabalho de atualização, capacitação e treinamento do funcionalismo, de forma a colaborar para uma gestão pública qualificada, eficiente e próxima às demandas da população.

Por meio da resenha e dos artigos aqui apresentados convidamos os leitores a refletir, a partir do recorte do Estado do Rio de Janeiro, sobre tensões, desafios, experiência e propostas ligadas aos gestores e à gestão pública, na perspectiva de contribuir tanto para os debates quanto para práticas relacionadas a questões sensíveis, oportunas e urgentes da área.

Boa leitura!